

UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

OS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE
ASSISTIDA COMUNITÁRIA DE FLORIANÓPOLIS, EXECUTADO
PELA AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA

MARIA CRISTIANE PEREIRA ROQUE

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: _____

FLORIANÓPOLIS, 2003/02

MARIA CRISTIANE PEREIRA ROQUE

**OS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE
ASSISTIDA COMUNITÁRIA DE FLORIANÓPOLIS, EXECUTADO
PELA AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 08 / 03 / 04.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Teresa Kleba
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2003/02.

MARIA CRISTIANE PEREIRA ROQUE

**OS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE
ASSISTIDA COMUNITÁRIA DE FLORIANÓPOLIS, EXECUTADO
PELA AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente

Marli Palma Souza

I Examinadora

Maria Dolores Thiesen Silva

II Examinadora

Kátia P. Madeira

FLORIANÓPOLIS, 2003/02.

SER ADOLESCENTE

Dizem que sou adolescente

Adolescente eu sei que sou

Mas um dia terei saudade

Do adolescente que passou;

O adolescente traz em sua memória

A sua dura história

Cheia de mágoa e de dor

Triste vida tão sofrida

Num país que falta o amor;

O adolescente é o futuro jovem

Em busca de seu caminho

Por isso precisamos tratá-lo

Com muito carinho;

Cuidar dos adolescentes

Não é colocá-los em prisão

Eles precisam de afeto e dedicação;

Já sofri muito na rua

Neste país que vive no mundo da lua

Não quero mais sofrer

Neste mundo que não

Me deixa aprender;

Devemos ter esperança

De encontrar a solução

Com tantos problemas hoje em dia,

Envolvendo a nossa nação.

Autora: Ana Cristina de Medeiros

Idade: 15 anos

Série: 5ª série

Instituição: Lar São Vicente de Paula

RESUMO

A proposta deste trabalho é discorrer sobre a questão da adolescência e do ato infracional, desde seu contexto sócio-econômico-cultural até sobre a própria condição de ser adolescente.

Desenvolveremos uma relação com a medida de liberdade assistida, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a nova modalidade, a comunitária.

Nessa perspectiva o trabalho trará uma avaliação do Programa Liberdade Assistida Comunitária, implantado em 2002, pela Ação Social Arquidiocesana, apresentando o fruto de uma experiência realizada no ano de 2003, com o estágio curricular obrigatório.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Ação Social Arquidiocesana - ASA que possibilitou a realização do Estágio Curricular Obrigatório. Em especial, as Assistentes Sociais Marlete, Silvia e Meryane que com suas experiências possibilitaram o convívio com suas atividades diárias durante o período de estágio.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente e a Secretaria de Estado de Segurança Pública por me fornecerem material de pesquisa.

A Assistente Social Miriam Ramos, pela bondade e dedicação de ler meu trabalho e me aconselhar no sentido de enriquecer meu TCC.

À minha família, em especial aos meus pais, por estarem sempre ao meu lado, pela ajuda e amor incondicional, e por lutarem dia após dia para poder me beneficiar com minha formação acadêmica.

Ao Marcell, uma pessoa muito especial que esteve do meu lado durante esse período difícil do meu curso, pelo seu companheirismo e paciência para me ouvir e aconselhar nas horas que mais necessitei. Aqui coloco minhas colegas de turma: Cláudia Takashima, Regianne Maciel, Márcia Graziela, Elizângela Martins, Ana Paula de Araújo, Franciele Lopes que se mostraram grandes amigas no decorrer do curso e que sempre me incentivaram.

Aos meus amigos Giselle de Boit Nuernberg, Renata Mello, Cristiane, João de Barros e toda a 'patotinha' que sempre tinham palavras amigas, me consolando, incentivando e sobretudo confiaram no meu potencial.

A todos que participaram diretamente ou indiretamente, deste trabalho, tornando possível o alcance dos resultados almejados.

*E finalmente Agradeço a Deus por todos os momentos em que se faz presente em
minha vida...*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
Capítulo 1 ADOLESCENTES: A GARANTIA DOS DIREITOS	11
1.1 Legislação vigente – ECA e o ato infracional: alguns contornos	11
1.2 O adolescente e o ato infracional	15
1.3 Liberdade assistida: Um breve histórico	19
1.4 O Programa Liberdade Assistida Comunitária – LAC: um compromisso com a comunidade	25
Capítulo 2 A LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	29
2.1 Perfil do adolescente atendido pelo programa LAC, no Bairro Monte Cristo	29
Capítulo 3 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA – LAC – AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA – ASA, NA COMUNIDADE MONTE CRISTO	36
3.1 Contextualizando a ASA	36
3.1.1 A história da Ação social Arquidiocesana	37
3.2 A execução do Programa LAC – ASA	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6 REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta apresentar o fruto da experiência de estágio realizado na Ação Social Arquidiocesana – ASA, durante o segundo semestre do ano de 2003, no Programa de Execução da Medida Liberdade Assistida Comunitária - LAC.

Tem-se como tema deste trabalho a problemática do adolescente em conflito com a Lei em medida de liberdade assistida, em especial a modalidade comunitária, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que adotou a Doutrina da Proteção Integral a esses sujeitos de direitos fundamentais e visualiza a liberdade assistida no âmbito das medidas sócio-educativas, passíveis de serem aplicadas apenas aos adolescentes autores de ato infracional.

Nessa perspectiva é que pretendemos, como objetivo, desenvolver uma avaliação do Programa LAC – ASA, tanto no que tange as dificuldades encontradas nesse período de implantação quanto no que se refere aos benefícios alcançados.

Como todo processo de implantação, deparou-se com dificuldades as quais procuramos demonstrar com exemplos práticos e propor soluções adequadas para que haja uma melhoria no sistema.

Primeiramente discorreremos sobre a questão da adolescência, sua relação com o ato infracional e as medidas sócio-educativas, em especial a liberdade assistida. Complementamos o discurso com a modalidade comunitária - LAC.

A Liberdade Assistida Comunitária foi fundamentada com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e é sobre essa medida que faço um breve discurso do seu surgimento até a atual data.

No terceiro capítulo, venhamos falar sobre a LAC na cidade de Florianópolis, contextualizando o retrato dos adolescentes atendidos por esse programa na Comunidade Monte Cristo .

Finalmente compúnhamos a respeito da entidade (ASA), responsável pela implantação do Programa Liberdade Assistida Comunitária, na cidade de Florianópolis, em especial na Comunidade Monte Cristo.

Colocamos a experiência durante o estágio desenvolvido no Programa executado na ASA, a liberdade assistida comunitária, expondo as dificuldades e os resultados positivos oriundos desse projeto-piloto escolhido para ser implantado também nesta capital.

Abordar o tema traz a importância de uma melhoria nos serviços que asseguram direitos das crianças e adolescentes, onde há necessidade de uma organização das políticas públicas, na medida em que os programas sócio-educativos não podem acontecer isolados do contexto social, político e econômico.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram necessárias uma pesquisa bibliográfica no que tange a alguns conceitos e definições, tanto da adolescência, ato infracional, e legislações além de pesquisas em documentos da instituição ASA e de outras que trabalham com essa questão.

Para o Programa este trabalho fornecerá subsídios para reflexão e assim melhorar suas carências e aprimorar a construção das relações comunitárias junto ao adolescente autor de ato infracional.

Cabe ao Serviço Social definir uma política que articule programas, projetos e ações, e estabeleça de forma correspondente, uma maneira de legitimar o jovem como ator da mudança social.

Capítulo 1 - ADOLESCENTES: A GARANTIA DOS DIREITOS

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA -1990), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de uma política de proteção integral.

Há muito tempo e especialmente após vigorar a Lei Federal 8.069/90 – ECA – assistimos através dos meios de comunicação discussões sobre as possíveis fórmulas de enfrentar a criminalidade infanto-juvenil. O ECA possibilita a aplicação de duas espécies de medidas ao adolescente que praticam ato infracional: são as medidas de proteção (art 101) e as medidas sócio-educativas (art 112)

Tais medidas serão analisadas neste capítulo, juntamente na relação da adolescência com o cometimento do ato infracional

1.1 Legislação Vigente – ECA e o Ato Infracional: alguns contornos

O ECA veio substituir o antigo Código de Menores, Lei nº6.697 de 10 de outubro de 1979, que possui estrutura jurídica para o resgate dos adolescentes autores de ato infracional¹ à cidadania. Mas tal estrutura tem que ser utilizada, pois uma lei por si só não funciona, enquanto não for considerada sua proposta.

Ao ser definida a natureza do ato infracional, revela-se que o caráter mais perverso do Código de Menores e da sua Doutrina da Situação Irregular estava na forma estigmatizante da categoria *menores*, em que adolescentes autores de infrações e adolescentes vítimas de quaisquer tipos de abuso e exploração, eram tratados igualmente por uma ação concreta de caráter penal.

Um grande movimento social desafia alterar essa visão legal, iniciando um processo de articulação, inserindo na Constituição Federal o artigo 227, baseado na doutrina da proteção Integral, como Volpi (2001) coloca:

Depois de aprovada a Constituição Brasileira, começa o processo de regulamentação através de Legislação Complementar. Derruba-se o Código de Menores, escreve-se a "mil mãos" o Estatuto da Criança e do Adolescente. Repudia-se o termo 'menor' de caráter estigmatizante e discriminador; muda-se a concepção de infância e adolescência entendendo-os como cidadãos, sujeitos de direitos, que precisam ser considerados como pessoas em desenvolvimento e tratados com prioridade absoluta. (VOLPI, 2001 p. 32)

A história de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil após esse ato histórico passa a ser dividida entre antes e depois do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

A lei 8.069/90 – ECA - no seu artigo 103, define ato infracional aquela conduta descrita como contravenção ou crime.

A responsabilidade pela conduta descrita começa aos 12 (doze) anos. No entanto, o ECA considera o adolescente que comete uma infração, como sujeito de direitos estabelecidos na Doutrina de Proteção Integral, rompendo com a concepção de adolescente infrator implícita no antigo Código de Menores. As bases gerais dessa doutrina são: ter a criança como sujeito de direitos que poderá participar das decisões que lhe dizem respeito, esses direitos devem estar acima de qualquer outro interesse da sociedade e devem ser assegurados todos os direitos pertinentes a esse sujeito em desenvolvimento.

No entanto o ECA traduz um conjunto de medidas que poderão ser aplicadas mediante a autoria de ato infracional. Para crianças, cabe ao Conselho Tutelar, tomar as providências e encaminhamentos, aplicando as Medidas de Proteção mais adequadas. Para adolescentes, após ser efetuado encaminhamento ao Ministério Público, a quem compete

¹ A partir daqui os adolescentes que cometem infração serão referidos como adolescentes autores de ato infracional ou mesmo adolescentes em conflito com a Lei.

conceder a remissão ou representar para instauração de processo judicial, será aplicada a medida sócio-educativa ou de proteção mais adequada.

O ECA, no seu artigo 112, estabelece que:

(...) verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I. Advertência;
- II. Obrigação de reparar o dano;
- III. Prestação de Serviços a Comunidade;
- IV. Liberdade Assistida;
- V. Inserção em regime de semiliberdade;
- VI. Internação em estabelecimento educacional.

Portanto, quanto ao adolescente que comete ato infracional, após o processo judicial, ele é passível de receber uma medida sócio-educativa prevista no ECA, traduzida em uma verdadeira convocação à responsabilidade.

As medidas sócio-educativas são aplicadas e operacionalizadas de acordo com as características da infração, das circunstâncias sócio-familiares e da disponibilidade de programas e serviços em âmbito municipal, regional e estadual.

Tais características devem se constituir em condição que garanta o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como de acesso à formação de valores positivos de participação na vida social, considerando a gravidade da situação, o grau de participação e as circunstâncias em que ocorreu o ato, sua personalidade, a capacidade física e psicológica para cumprir a medida e as oportunidades de reflexão sobre seu cumprimento, visando mudança de atitude.

Santos² (1998) ao analisar a política de Proteção Integral do Estatuto da Criança e do adolescente, afirma que,

(...) a mesma institui um sistema moderno de instrumentos e de procedimentos jurídico-administrativos para enfrentar o problema do comportamento anti-social da juventude, criando novas categorias jurídicas para expressar seus conceitos centrais: a lesão do bem jurídico proibida em lei sob ameaça de pena, chama-se ato infracional - e não crime; a reação oficial como consequência jurídica do ato infracional, chama-se medida sócio-educativa - e não pena; a

² SANTOS, Juarez Cirino. Texto Pastoral do Menor (2003)

privação de liberdade por medida sócio-educativa, chama-se internação - e não prisão, etc. (SANTOS, 1998, p.11)

O ECA através do conjunto de princípios por meio dos quais se desenvolvem todo o sistema de garantia de direitos, promove ações de integração, através das medidas sócio-educativas para em primeiro lugar não deixar “às cegas” o ato praticado e, ao mesmo tempo, para ampliar a expectativa de vida a esses adolescentes.

Porém, de acordo com Fernandes (1998), no período de vigência do ECA, uma lei cidadã asseguradora de direitos e garantias, pesquisas revelam que na prática, apesar dos grandes avanços conquistados, entre o direito assegurado na lei e o realizado no cotidiano, ainda existe uma enorme distância.

O Estatuto delega aos municípios, por meio dos órgãos previstos, como o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, a tarefa de fiscalizar a política de atendimento à criança e ao adolescente, bem como a aplicação das medidas sócio-educativas. E todo procedimento tem participação obrigatória e fiscalização do Ministério Público.

Essa mesma legislação preceitua que o cometimento de delito pelo adolescente deve ser encarado como fato jurídico a ser analisado, assegurando todas as garantias processuais e penais, e todos os demais direitos concedidos a quem se atribui a prática de um ato infracional.

A atenção a adolescentes autores de ato infracional requer atuação integrada do Juizado da Infância e da Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social.

1.2 O Adolescente e o Ato Infracional

Segundo Volpi (2001), na condição de que os adolescentes são pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos, é encargo dos agentes envolvidos na operacionalização das medidas sócio-educativas, a proteção, no sentido da garantia do conjunto de direitos e educar ocasionando a inserção do adolescente na vida social.

É necessária também a compreensão de que não se trata de um sujeito qualquer, mas de um sujeito em sua fase peculiar de adolescência, a qual, segundo alguns autores, apresenta características peculiares.

Assim, Aberastury (1988) conceitua adolescência como sendo:

(...) um período de contradições, confuso, ambivalente, doloroso, característico por fricções com o meio familiar e social. Só quando obtiver sua maturidade afetiva e intelectual, que lhe possibilite a entrada no mundo adulto, estará munido de um sistema de valores, de uma ideologia que confronta com a de seu meio e onde a rejeição a determinadas situações cumpre-se numa crítica construtiva. Confronta suas teorias políticas e sociais e se posiciona, defendendo um ideal. Sua idéia de reforma do mundo se traduz em ação. (ABERASTURY, 1988, p. 13-15)

Aberastury & Knobel em seu livro *Adolescência Normal* (1998), defendem que a entrada no período da adolescência traz algumas mudanças psicológicas, que também estão relacionadas com as mudanças corporais, levando assim a uma nova relação com os pais e com o mundo.

Existe nos adolescentes, principalmente no início dessa fase, a preocupação em ser diferente, original, como forma de afirmação de sua personalidade. Possui a necessidade de ser notado, reconhecido como *pessoa diferente*, de personalidade própria, fato que o leva a realizar, em certas circunstâncias, quase o impossível.

Vivemos em uma sociedade marcadamente agressiva e tem-se atribuído parte de tal prática à população infanto-juvenil. Os meios de comunicação de massa propagam, muitas

vezes de forma sensacionalista tais idéias, isto é, o quanto o adolescente e/ou criança tem contribuído para o aumento nos números da violência.

Diante deste cenário Veronese e Rodrigues (2001), observam que:

É oportuno, inclusive, indagarmos o porquê de tanto destaque à criminalidade juvenil se compararmos com outras formas de violência relacionadas à problemática da infância como a subnutrição, o abandono, a exclusão dos bancos escolares, a prostituição, os maus-tratos, etc. (VERONESE e RODRIGUES, 2001, p.33)

Na realidade, nossas crianças já não têm infância em razão de sua miséria, o que conduz, segundo Veronese e Rodrigues (2001), a uma análise séria: a adolescência envolvida com a criminalidade se constrói a partir da negação de direitos (escola, saúde, família, profissionalização...) e, ainda que não possamos esquecer a criminalidade das classes média/média alta, estas estão marcadas por uma prática social que a lei não os alcança.

Segundo Volpi (2001), a inexistência de parâmetros apropriados, para medir a chamada delinquência juvenil é substituída por avaliações e opiniões inadequadas. Por isso, quando chamamos um adolescente de infrator, ou o tratamos como um delinquente, caímos no erro de considerarmos uma categoria homogênea e não mais um critério de relação com o sistema de justiça, limitando a atuação deste sistema, nesta área.

É imprescindível romper com essa atitude preconceituosa e caracterizar o adolescente em conflito com a Lei, a partir do que é ser *adolescente*. A prática de delitos não se constitui componente de sua identidade, é um estado situacional que deve ser analisado no decorrer de sua história.

Veronese e Rodrigues (2001) da mesma forma, criticam severamente o uso comum da expressão “adolescente infrator” ou o que consideram ainda pior, “menor infrator”, que preza a concepção do *menorismo*, na qual reduzia-se a objeto, a nossa infância. Para as autoras, o adolescente autor de ato infracional não é o mesmo que adolescente infrator, pois isto implica que a ação de um momento, o rotularia para o resto da vida.

Faz-se necessário suscitar uma nova opinião pública, no sentido de desmistificar, de romper com o instituído, de que a criança ou o adolescente oriundos das classes sociais, desprovidas materialmente, não são os “pivetes”, os “trombadinhas”, os tão estigmatizados “menores”. É contra esse discurso já “aceito” pelo senso comum que devemos nos insurgir. (VERONESE e RODRIGUES, 2001, p.35)

Para além das generalidades, os adolescentes em conflito com a lei, que compõem a categoria chamada de *delinquência juvenil*, geram reações e sentimentos hostis de grupos sociais que não analisam o contexto sócio-econômico, político e cultural em que vive a adolescência brasileira.

Normalmente, tais reações expressam um sentimento de simplesmente excluir mais ainda esta camada da população, sem que, no entanto, exista alguma mobilização por parte da sociedade para transformação desta realidade.

Nota-se, também, um processo de incriminar o adolescente autor de ato infracional, à família deste e, a sociedade e até mesmo ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Culpa-se o adolescente por este ter discernimento de seus atos; a família é pensada como instrumento de domínio e responsável pela educação dos seus filhos; a sociedade é o meio que o adolescente mais se identifica e cria sua identidade; e o ECA por sua vez possui falhas no que se refere a sua aplicação, pois há falta de conhecimento àqueles que atuam nessa área, entregando-se muitos meramente a ver defeitos desta lei, mas se quer sabem o conteúdo.

Há ainda profissionais que atuam na área de forma preconceituosa, esquecendo que a prática do ato infracional é uma condição que pode ser modificada, a partir do momento em que se busque a verdadeira característica de *ser em desenvolvimento* que caracteriza esta fase da existência humana.

Outra questão que afeta os adolescentes, nesse contexto, é a competência dos órgãos do Estado no que se refere à aplicação das Políticas Públicas, bem como à implementação das medidas sócio-educativas. Um dos mais poderosos papéis declarados no ECA foi o quadro de atuação traçado para o Ministério Público, onde além de outras atividades, ele tem o poder

fiscalizatório de entidade e que segundo a Constituição Federal de 1988, no seu art. 201, §5º, “c” tem atribuição de “efetuar recomendações visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável, para sua perfeita adequação”.

Não obstante, observa Gomes da Costa:

Os milhões de crianças e adolescentes que subsistem nas periferias urbanas e na zona rural em situação infra-humana, sem as mínimas condições de bem-estar e de dignidade, constituem-se no sub-produto de um modelo econômico que, em sua opção cega pelo crescimento a qualquer preço, desconsiderou totalmente o custo social do seu projeto concentrador e excludente. (COSTA, ?, p. 63)

A partir de uma pesquisa realizada com 50 (cinquenta) processos judiciais de Liberdade Assistida, escolhidos aleatoriamente entre 300 (trezentos) destes, Fernandes conclui que:

As razões e motivações para a prática dos atos infracionais foram expostas, essencialmente, como: imaturidade, imprudência, fatalidade, impulso instintivo descontrolado e relações familiares conflitantes. No bojo das intenções, prevaleceram objetivos de fazer aborto, comprar fogão para mãe e imitar atos que despertassem a atenção. Em nossa experiência, outros objetivos que não foram expressamente revelados no material registrado, vieram à tona: cumprir ordens de “dono da boca de fumo”, ser aceito e participar de ações de grupos (más companhias) e manter vícios em drogas. (FERNANDES, 1998, p. 173)

Fernandes (1998), ainda analisa, o adolescente autor de infração, como um transgressor da Lei Penal, pelo seu passado. Mas, pode na condição de Liberdade Assistida, refletindo sobre sua vida, a sua existência, viver novos projetos de vida: a escola, a profissionalização, trabalho quando necessário, e as relações sócio-familiares significativas devem emergir como auto-realização humana. Como autoprojeto de cidadania.

Dentre uma das medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes autores de ato infracional que vigora hoje, a partir do ECA, destacamos aqui a Liberdade Assistida, por se tratar da medida com a qual tivemos contato no período de estágio curricular obrigatório.

Ressaltamos que num retrospecto histórico ela teve outras denominações e características: é sobre isso que trataremos a seguir.

1.3 Liberdade Assistida: um breve histórico

Para compreender a questão da Liberdade Assistida, como um fenômeno jurídico, é necessário abordar seu significado mais profundo, ou seja, conhecer sua história. Nesse sentido foi preciso procurar a origem da Liberdade Viglada.

Segundo Nuno de Campos:

[...] o instituto da liberdade viglada teve origem em Boston, em 1878, com o nome de 'Probation'; aparece na legislação belga e francesa, em 1912; na Argentina, em 1919; e no Brasil em 1926. O Juiz do Tribunal nomeia seus delegados, que são encarregados de verificar e acompanhar, a conduta do menor. Periodicamente, devem apresentar relatórios e, em algumas legislações, podem até sugerir modificações às medidas impostas. (Campos, 1978 p.91)

No entanto, a liberdade viglada seria a suspensão da pena privativa de liberdade, sob vigilância, possibilitando uma analogia com o livramento condicional, onde este surge na Lei nº4.242, de 5 de janeiro de 1921, em quatro parágrafos de seu artigo 3º, n. 1 (§33 ao §36).

Véra M. M. Fernandes (1998), explica que o livramento condicional será concedido por decisão do juiz competente, na condição de que o adolescente obterá tal medida se: tiver 16 anos completos; houver cumprido metade do tempo de internação; não for reincidente; for julgado moralmente regenerado; estiver apto a mudar de vida ou tiver meios de subsistência e se as pessoas responsáveis pelo adolescente forem consideradas idôneas, de modo que não haja um cometimento reiterado por parte desse adolescente. No inciso 34, da Lei n. 4.242, estabelece que "os menores que obtiverem livramento condicional ficarão, durante o tempo que faltar para o cumprimento da internação, sob a vigilância da autoridade competente e aos cuidados do Patronato".

No que diz respeito à liberdade vigiada, estudiosos no assunto apontam ter sido introduzida no Brasil pelo decreto nº 5.083, de 1º de janeiro de 1926, o que instituiu o Código de Menores (CAVALERI, 1978 p.163; e CAMPOS, 1978 p.91), ou o mesmo Código “Mello Mattos”, Decreto nº17.943-A, de 12 de Outubro de 1927 (GONÇALVES, 1990 p. 54).

No entanto, Véra Maria Mothé Fernandes acredita que a liberdade vigiada:

[...] aparece aqui pela primeira vez no decreto nº16.272, de 20 de dezembro de 1923, o qual aprovou o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. (FERNANDES, 1998 p.116)

Nessa linha de pensamento, a autora admite que a liberdade vigiada é bastante similar ao livramento condicional, onde aquela, em determinados parágrafos, é apenas uma reprodução deste, mudando apenas alguns termos. Contudo, na liberdade vigiada, houve a possibilidade de tais adolescentes ficarem na companhia dos seus responsáveis, já que anteriormente, na condição de livramento condicional, só podiam permanecer sob cuidados do Patronato.

Outro ponto que cabe ressaltar é que a medida de liberdade vigiada deixou de ser uma possibilidade restrita ao menor internado, alargando-se para qualquer menor – delinquente ou abandonado -, conforme o subjetivismo e arbítrio do Juiz, com vistas à segurança ou moralidade do menor.

O Código “Mello Mattos” (1927), consolidou as leis de assistência e proteção aos menores. Em seu primeiro artigo, o Código estabelecia que: “O menor de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiverem menos de 18 anos, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”. De forma complementar, o artigo 54 esclarecia que: “Os menores confiados a particulares, a institutos ou associações, ficam sob vigilância do Estado, representado pela autoridade competente”, reconhecidamente o Juiz de Menores.

O Código de Menores – Lei nº6.697, de 10 de outubro de 1979, enumerou no artigo 14, seis medidas aplicáveis ao menor em situação irregular, doutrina que adotou e definiu em seu artigo 2º. Tais medidas iniciam com advertência, passam por regimes restritivos da liberdade e culminam na medida privativa de liberdade, que visava fundamentalmente, a integração sócio-familiar do menor.

A imposição do regime de liberdade assistida expressa no artigo 14, inciso IV, encontra-se no art. 38:

Art. 38. Aplicar-se-á o regime de liberdade assistida, nas hipóteses previstas nos incisos V e VI do artigo 2º desta lei, para o fim de vigiar, auxiliar, tratar e orientar o menor”.

Parágrafo único. A autoridade judiciária fixará as regras de conduta do menor e designará pessoa capacitada ou serviço especializado para acompanhar o caso.

Conforme Ribeiro Machado,

Verifica-se, portanto, que se trata de medida ampla, na linha da proteção, assistência e vigilância do menor, visando a sua perfeita integração familiar e comunitária. (...) Será exercida por pessoa capacitada ou serviço especializado designados pelo juiz de menores, que deve orientar sua atuação junto ao menor, segundo as regras de conduta que lhe foram dadas. (MACHADO, 1987, p.51 e 52)

Alyrio Callieri, em um de seus textos, aborda a questão do seguinte modo:

Considerando que o delinqüente juvenil brasileiro não chegava à ressocialização pela simples vigilância, entendemos que tão importante quanto vigiá-lo seria ampará-lo, para assegurar seu reingresso no meio aberto ou conservá-lo nele, evitando a internação.(...) A liberdade assistida evita a internação e permite a utilização dos recursos da comunidade, através de clubes de serviços, grupos religiosos, organização de bairro e de particulares, que podem ser encarregados pelo Juiz de ministrarem a assistência ao menor. É a mais gratificante medida de tratamento do menor... (CAVALLIERI, 1986, p. 200)

No bojo da finalidade da medida de Liberdade Assistida, que atribui no dispositivo legal – vigiar, auxiliar, tratar e orientar o menor -, conclui Paulo Afonso Garrido de Paula que:

[...] objetiva, portanto, ante uma atenta observação do cumprimento das condições impostas, ajudar o menor, indicando o rumo correto e cuidando para que supere as adversidades sem a utilização de meios criminosos... (PAULA, 1989, p. 88)

A autora Véra Maria Mothé Fernandes (1998) ressalta que tal Lei quando designa pessoa capacitada ou serviço especializado para acompanhar o caso, não diz que o juiz deve orientar a atuação dessa pessoa ou serviço, assim acha que tanto o Juiz, quanto o Promotor de Justiça, deveriam avaliar e fiscalizar sistematicamente o Programa em desenvolvimento, além de dotar condições necessárias à efetivação do trabalho, principalmente no que se refere à articulação com órgãos do executivo local e a sociedade civil, tendo em vista a assistência também à família, como um direito, para que ela concretamente pudesse assistir o menor. Isso devendo ser aplicado paralelamente com a inserção do *menor* na escola, em cursos profissionalizantes, no tratamento da saúde, etc.

Conforme o parágrafo único do artigo 38 do Código de Menores – Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, cabia ao juiz fixar as regras de conduta do *menor*. Essas regras geralmente eram: apresentar-se regularmente ao serviço encarregado da execução da medida; não mais praticar ato infracional; freqüentar a escola e/ou ensino profissionalizante; trabalhar; chegar cedo em casa...

Em 13 de julho de 1990, vigora a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que fundamentado na doutrina da proteção integral, listou em seu artigo 112, seis espécies de medidas sócio-educativas, destinadas exclusivamente a adolescentes autores de ato infracional. Quaisquer dessas medidas previstas na Lei podem ser aplicadas isoladamente ou de forma cumulada, inclusive com as medidas protetivas, assim como podem ser substituídas por outras (art.99). Porém, na aplicação deve ser levada em conta a necessidade pedagógica e as medidas que apontam para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (art 100).

No que diz respeito à liberdade assistida – medida sócio-educativa expressa no art. 112, IV -, destaco o art. 118:


Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

É uma medida que impõe condições ao cotidiano do adolescente, visando o redirecionamento de suas atitudes, valores e da convivência familiar e comunitária. A liberdade assistida é uma intervenção educativa centrada no atendimento personalizado, garantindo o acesso aos direitos dos adolescentes através de orientação, manutenção dos vínculos familiares e comunitários, escolarização, inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes e formativos.

A aplicação da medida de liberdade assistida requer mudanças de concepção, abandonando posturas excludentes e estigmatizantes, e adotando práticas construtivas que incluam o adolescente autor de ato infracional na vida em sociedade.

 Mônaco da Silva (1994, p. 181) destaca que a medida é precisamente a concessão de liberdade ao adolescente, mas sob condições. Seus passos são acompanhados pelo Juízo da Infância e da Juventude, “por intermédio de pessoa de confiança e detentora de inequívoca capacitação profissional”.

Para Wilson Donizeti Liberati, “a medida tem ampla abrangência na linha de acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente, visando a sua perfeita integração familiar e comunitária”. (LIBERATI, 1991, p. 61). Convém lembrar que o ECA não se apóia nessa categoria – integração -, inscrevendo a convivência familiar e comunitária como um direito fundamental, devendo sim privilegiar as medidas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.(art. 100)

Para o funcionamento do programa é necessário uma coordenação que deve ser exercida por um profissional de nível superior (Assistente Social, Pedagogo ou Psicólogo).

Também serão necessários orientadores comunitários capacitados que envolverão uma ação pedagógica em conformidade com o art. 119 – ECA, direcionada a quatro aspectos:


- **família**: reforçar ou estabelecer vínculos familiares, através de uma relação de aceitação, colaboração e co-responsabilidade no processo sócio-educativo;
- **escola**: incentivar o retorno, a permanência e o sucesso escolar, objetivando ampliar a expectativa de vida;
- **vida profissional**: estimular e/ou propiciar habilitação profissional com vistas ao ingresso no mercado de trabalho;
- **comunidade**: promover e fortalecer vínculos com os espaços comunitários.

Hoje, a medida sócio-educativa de liberdade assistida, tem assumido um aspecto mais amplo e conta com uma nova modalidade em sua implantação, a Liberdade Assistida Comunitária, que trouxe resultados positivos e se mostrou muito eficiente em algumas capitais onde esse Programa foi implantado, pelo seu grau de envolvimento na comunidade e de inserção no cotidiano dos adolescentes acompanhados.

Essa medida consiste em acompanhamento ao adolescente em conflito com a lei, nas suas relações familiares, na escola e na comunidade, que só será efetivada no momento em que aplicada a medida, os profissionais responsáveis, apresentem um orientador comunitário que estabelecerá relação com tal adolescente.

A pessoa capacitada a servir de orientador poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento, o que é de modo geral, a melhor saída.

Cabe ao orientador comunitário estabelecer com o adolescente uma sistemática de atendimentos e pactuar com ele, as metas a serem alcançadas, objetivando a construção de um projeto de vida; desenvolver vínculo de confiança, não fazer julgamentos moralistas; propiciar a reflexão sobre sua conduta e avaliar periodicamente o seu *caminhar*.


 É imprescindível apresentar, mensalmente, ao Poder Judiciário, relatórios de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida de liberdade assistida.

Podemos citar como exemplo, o Programa Liberdade Assistida Comunitária de Florianópolis, que recruta e seleciona voluntários para orientador comunitário. Estes são visitados por técnicos do Programa e são preparados através de cursos de capacitação e reuniões, de modo que possam cumprir o papel de orientador.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

- I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
- II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
- III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;
- IV - apresentar relatório do caso.

Os técnicos do programa também realizam, além de uma supervisão ao orientador comunitário, acompanhamento dos adolescentes que cumprem tal medida.

 Segundo o §2º do artigo 118, a medida terá duração mínima de seis meses, não tendo um prazo máximo, assim a autoridade judicial competente poderá prorrogar o período de assistência, quando julgar necessário.

1.4 O Programa Liberdade Assistida Comunitária – LAC: um compromisso com a comunidade.

A LAC é uma modalidade de atendimento que consiste em apoiar o adolescente em conflito com a Lei por meio de um processo educativo comunitário, criando condições favoráveis para que ele possa assumir sua liberdade.

O fator predominante nesta atuação é a possibilidade da participação da comunidade, colaborando como orientador do adolescente. Essa atividade é supervisionada pelas técnicas

do Programa. Tal modalidade tem um diferencial, que é aquele de contar com o apoio de orientadores comunitários, os quais farão um trabalho voluntário de orientação e acompanhamento dos adolescentes autores de ato infracional, contribuindo assim, com o trabalho dos técnicos envolvidos com o programa.

O orientador, com suas atribuições esculpidas no ECA, terá a oportunidade e o dever de aproximar-se não só do adolescente, mas também de sua família.

Basicamente a estrutura da liberdade assistida comunitária se forma com técnicos especializados (Assistentes Sociais, Psicólogos e/ou Pedagogos) que terão como função dar respaldo às atividades do orientador comunitário, deixando de atuar de forma direta com o adolescente. Esta função ficará a cargo do próprio orientador comunitário.

Recomenda-se que o orientador comunitário, além de ser um voluntário, tenha o seguinte perfil: ser morador da própria comunidade e nunca ter tido problemas judiciais; ele deve ter participação ativa e não meramente formal ou burocrática; não apresentar vícios que comprometa sua conduta perante o adolescente; essa orientação será feita com o apoio e capacitação realizada pelos técnicos do Programa, com supervisão da autoridade competente. Também tem como papel: manter sigilo sobre a infração do adolescente, demonstrando respeito por sua vida particular; evitar atitudes assistencialistas, assumir com responsabilidade o trabalho de acompanhamento, orientação e auxílio; manter os técnicos informados sobre o processo de acompanhamento dos adolescentes.

Sobre o papel do orientador, Veronese (2001) comenta que:

É oportuno ressaltar que o orientador cumprirá funções semelhantes a de um novo membro da família do adolescente por não menos que seis meses, exigindo-se destes como daquele imensa boa vontade, para dizê-lo da mais breve maneira. Não é medida de simples e tranqüila aplicação, por sua própria natureza, e o orientador terá de apresentar no mínimo o bom senso de não tomar por flagrantes sinais de indisciplina, algumas divergências naturais e comportamentos inadequados. O mesmo se pode afirmar da autoridade judicial e de seus assistentes especialistas, na função de apreciar o relatório. (VERONESE,2001)

Já ao técnico da LAC, além de fazer as visitas domiciliares; cabe efetuar atendimentos individuais aos adolescentes; realizar encontros com os orientadores comunitários; conhecer os recursos da comunidade para demais articulações; promover trabalhos com os adolescentes e suas famílias, fugindo do mero assistencialismo ou paternalismo; guardar sigilo profissional.

A coordenação do Programa tem como papel fundamental, o repasse de informações sobre o processo judicial do adolescente; promover reuniões para discussão quanto ao atendimento, bem como para orientação dos casos; realizar visitas domiciliares a fim de preparar tanto os adolescentes, quanto sua família em relação à medida; manter contato com instituições de atendimento para as quais os adolescentes foram encaminhados; repassar para os orientadores comunitários as fichas dos adolescentes; encaminhar ao Juiz e ao Ministério Público os relatórios dos acompanhamentos; avaliar o trabalho dos orientadores e acompanhar a evolução dos seus casos; informar o Juiz e o Ministério Público, sobre irregularidade detectada, para as devidas providências.

Cabe ao assistente social promover uma melhor inserção socioeconômica dos adolescentes, juntamente às famílias e na sociedade em que vive. Segundo Iamamoto (2001):

O desafio do Assistente Social é de redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente a questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida.(IAMAMOTO,2001)

Aqui, o serviço social realiza estudo sócio-econômicos, com intuito de analisar a situação do adolescente em conflito com a lei; avalia e executa o Programa LAC, junto à entidade responsável – ASA -, planeja, executa e avalia pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social desses adolescentes, subsidiando assim as ações profissionais.

O adolescente que cumpre a medida de liberdade assistida tem direito às ações de proteção social, como a oferta de serviços de apoio, informações, orientações sobre sua

condição, encaminhamentos a serviços de saúde, educação, profissionalização, acesso à documentação pessoal, entre outros.

No entanto, muitos autores revelam a Liberdade Assistida Comunitária como o mais importante programa sócio-educativo e o de melhores resultados, se bem desenvolvido.

Sua implantação exige inicialmente um pouco mais de tempo, da atenção e da boa vontade do Juiz e/ou Promotor. Depois de implantado traz um grande retorno em termos de satisfação em relação ao grande percentual de adolescentes a ele encaminhado.

Existem inúmeras experiências desse programa, no Brasil, dentre elas vamos apontar a executada na cidade de Florianópolis, implantada na Comunidade Monte Cristo, no ano de 2002.

Capítulo 2 - A LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

A Liberdade Assistida Comunitária se concretiza, a partir do momento em que os orientadores comunitários acompanharem os adolescentes em conflito com a Lei, por um determinado tempo, e estejam prontos a criar condições para proporcionar uma nova situação de vida a estes sujeitos em desenvolvimento, em contraposição a possibilidades de marginalização ou de rompimento com a trajetória já iniciada.

O programa foi implantado no município de Florianópolis, tendo como meta o atendimento de 100 (cem) adolescentes e 50 (cinquenta) orientadores comunitários. A partir de dados retirados de pesquisas, uma realizada no Cartório da Justiça da Infância e da Juventude outra são dados retirados de um livro de registro do mesmo juizado, revelaremos o contexto do adolescente da Comunidade Monte Cristo, atendidos pelo programa.

2.1 Perfil do adolescente atendido pelo programa LAC, no Bairro Monte Cristo

Tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente como o Programa de Liberdade Assistida Comunitária demonstram que é necessário fugir do senso comum para repelir preconceitos e estigmas a cerca do adolescente autor de ato infracional. Uma forma para modificar a opinião pública, que ainda reproduz as expressões estigmatizantes, utilizadas por meios de comunicação social sobre os adolescentes, tais como: infratores, pívets, delinqüentes, bandidos, etc.

O adolescente em conflito com a lei, não encontra espaço para sua defesa, no que se refere aos seus direitos, pois o entendimento social ainda acontece no sentido de afastá-los do seu convívio, à medida que são considerados como “desajustados”. É difícil para o senso comum ver no agressor, um cidadão, merecedor de respeito.

É preciso perceber que o adolescente que pratica o ato infracional é muitas vezes vítima da violência física, psicológica e sexual dos adultos, pois se observa uma certa dominação do universo adulto sobre o adolescente que comete infração, através de atos de extrema autoridade e severidade. Família e instituição também reproduzem as atitudes violentas e arbitrárias diante da crença de que, crianças e adolescentes que infringem regras e normas estabelecidas, devem ser punidas severamente.

O adolescente autor de ato infracional está inserido numa sociedade desigual e injusta e, na maioria das vezes, os adolescentes das classes subalternas são privados da identidade à alimentação. Podemos dizer que está sendo roubado seus direitos de cidadania.

Diante desta desigualdade social é importante para o processo de contextualização situar a Comunidade Monte Cristo, através de dados retirados de anteprojetos de pesquisa (2001), esta comunidade está geograficamente encravada nos limites entre os Municípios de São José e Florianópolis, pertencente a este último, fruto de ocupação por parte de pessoas que anteriormente habitavam a região dos Morros, no centro de Florianópolis e que ao se verem despejadas optaram por ocupar área que, no passado, intitulava-se “Pasto do Gado”, hoje chamado Monte Cristo. Outros habitantes migraram das Regiões do Planalto Serrano e/ou daquelas regiões em que a subsistência na área rural era improvável, buscando na capital do Estado, melhoria na qualidade de vida. Trata-se de região de ocupação com a característica de periferia, cujos habitantes são biscateiros e/ou empregados temporários como pedreiros, domésticas, vigias, catadores de papel, etc; possuem baixa ou nenhuma escolaridade e percebem baixos salários.

Em função de suas características e com a presença do narcotráfico, esta comunidade empobrecida tem apresentado altos índices de violência, razão pela qual é também vítima dos Meios de Comunicação, cuja preocupação é apontar um culpado pelo desajuste social,

utilizando visões simplistas para justificar as situações de violência, através da estratégia de criminalização da pobreza.

Ainda através de dados retirados de anteprojetos de pesquisa (2001), a Comunidade Monte Cristo surgiu na década de 1980, durante o regime militar. Nesse momento, houve uma forte propaganda por parte da mídia, intitulada “Florianópolis Vale a Pena”, passando a cidade a sofrer aumento populacional muito grande, a maioria desta população sendo advinda da área rural e concentrando-se nos Morros (onde habitavam as classes populares) e no Continente.

Surgiram, neste período, ocupações que deram início à organização dos migrantes. Nessa época, ainda não havia, no município, uma política habitacional, e por esta razão organiza-se também, o Movimento dos “Sem Teto”.

Nesse contexto, construiu-se a Comunidade Chico Mendes, numa ocupação desordenada, onde as pessoas ocupavam a área denominada na época de “pasto do gado” e cada família ia construindo seus barracos.

A origem do nome da comunidade ocorreu em 1989 com o assassinato do seringueiro Chico Mendes. Essa comunidade juntamente com outras comunidades de ocupação (Nova Esperança, Santa Terezinha I e II, Novo Horizonte) formam a Comunidade Monte Cristo.

Em função da concentração habitacional e da condição de empobrecimento surgiram os problemas com o tráfico de drogas e a violência. Diante do agravamento das condições de vivência nesta comunidade, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, juntamente com a Polícia Militar buscaram intervir com Programas e Ações Sociais para atacar os problemas sociais e, sobretudo, a atuação do narcotráfico. Porém, a política social aplicada não foi adequada para suprir as necessidades da comunidade, à medida que a relação do poder público local com as comunidades empobrecidas tem acontecido de forma assistencialista, ou seja, está se criando

uma espécie de “cultura da cesta básica”. Essa atitude é paliativa e não resolve as dificuldades existentes.

Os migrantes vivem um processo de desagregação com relação a tudo o que já foi experimentado por eles, mas paralelamente, criam novas relações, estabelecem identidade e criam espaços educacionais.

Os adolescentes atendidos no Programa Liberdade Assistida Comunitária do Bairro Monte Cristo, vivem o dia a dia da comunidade: os sonhos, as frustrações, a violência e são rotulados como “bandidos juvenis”. Sofrem a evasão escolar e o abandono por parte da própria família.

No entanto, reagem a tudo isso de diversas maneiras, na maioria das vezes respondendo de forma ainda mais violenta e hostil.

São “usados” pelo tráfico enquanto presas fáceis e frágeis e, diante do poder que equivocadamente o tráfico oferece, tornam-se grandes líderes e precursores da violência advinda do tráfico de drogas.

Com o propósito de compreender melhor o perfil dos adolescentes atendidos pelo Programa LAC , relataremos o resultado de uma pesquisa elaborada durante o mês de setembro de 2003, pela Assistente Social Meryane Rodrigues Valente e a estagiária Carolina dos Santos Lino, no Cartório da Justiça da Infância e da Juventude.

Tal pesquisa foi realizada através de análise de processos judiciais de cada adolescente em medida de liberdade assistida comunitária e revela o perfil dos adolescentes autores de ato infracional da Comunidade Monte Cristo segundo faixa etária, cometimento reiterado, grau de instrução e sexo.

Com relação à idade dos adolescentes em medida de liberdade assistida da Comunidade Monte Cristo constatou-se que são em sua maioria do sexo masculino, com 96,6%, no entanto é necessário mencionar que as adolescentes do sexo feminino (3,4% da

pesquisa) que fazem uso indevido de drogas e/ou se envolvem com o ato infracional, na maioria das vezes, se prostituem para comprar drogas ou se envolvem com o próprio tráfico.

Como já foi abordado neste trabalho, as condições de vida da população do Bairro Monte Cristo são quase desumanas, considerando a influência do tráfico de drogas que exerce seu poder sobre a comunidade através da força e do medo, cooptando os mais jovens que já são vítimas da falta de perspectivas de projetos de vida através do insucesso escolar, provocadora de altos índices de evasão escolar.

Por outro lado, a falta de políticas públicas que atendam às demandas dos jovens e a violência já instalada, fazem com que o adolescente esteja cada vez mais envolvido com o ato infracional e conseqüentemente com a aplicação das medidas sócio-educativas, provocando alto grau de reincidência na região.

Apenas 28,8% de adolescentes não reincidiram ao ato infracional, o que nos faz questionar sobre a eficácia dos programas de atendimento às crianças e adolescentes e se a Política de Assistência Social está, através das políticas públicas, garantindo a todas as crianças e adolescentes uma inclusão igualitária derivada das várias políticas locais.

Os jovens e adolescentes da comunidade, são excluídos das políticas públicas de qualidade, nas áreas de saúde, moradia e, em especial, na educação.

Na Comunidade Monte Cristo, as escolas públicas também são vítimas da violência e, muitas vezes, não estão preparadas para lidar com essa situação. Desta forma, um dos objetivos da liberdade assistida comunitária é a de participar ativamente do processo educativo, levando às escolas questões a serem discutidas em torno do ato infracional e das medidas sócio-educativas, para uma maior compreensão da realidade vivenciada pelo adolescente em conflito com a Lei.

Crianças e adolescentes importunadas pela miséria e pelo tráfico são excluídas da escola pela própria característica e pela incapacidade de absorção dos conteúdos, em função da dependência química.

Desse modo, os dados em relação ao grau de instrução destes adolescentes, atendidos pelo Programa LAC, demonstram a ineficiência dos processos escolares e, mais precisamente, dos processos de ensino aprendizagem que estão sendo desenvolvidos nas Escolas Públicas que atendem adolescentes das classes populares, nesta comunidade.

Por outro lado, a questão não se resume a colocar na Escola Pública local, a situação social desagregadora destes adolescentes, posto que a questão é mais complexa, exigindo Políticas Sociais Públicas com atuação efetiva em várias áreas: trabalho (geração de renda), educação, saúde, segurança, etc, que envolvam os seus núcleos familiares e Programas Sociais de Apoio, como por exemplo, a existência de Programas de Tratamento aos tóxico-dependentes, incluindo nesta dependência todo tipo de substância química, diante do alto envolvimento dos adultos, nas comunidades com este perfil, de pessoas envolvidas com o alcoolismo.

A partir desse exemplo queremos reforçar que a Política de Assistência Social deve se compor com as demais políticas públicas, garantindo a universalização da atenção e a equalização de resultados, produzindo programas, serviços e benefícios que articulados à escola garantam a eliminação da dificuldade na obtenção do sucesso escolar.

Trata-se, portanto, de uma ação de Política Pública que não apenas pode ser centrada no adolescente que cometeu ato infracional, mas que deve atuar nas “causas” que levam estes adolescentes a cometerem estes atos, e isto inclui atuação com as famílias e com as lideranças e organizações da comunidade para superação das condições de miserabilidade humana, não apenas material, mas também social e cultural.

Com a predominância de jovens acima de 18 anos que cometem infração (42,4%) percebemos que muitos deles são adolescentes que reincidiram ao ato infracional, observada no Bairro Monte Cristo, de tal forma que as medidas sócio-educativas se tornam cumulativas pelo seu contínuo descumprimento.

É notável uma intensa demanda de adolescentes de 15 a 17 anos de idade, somando cerca de 39%, com agravante de dependência química e cometimento reiterado de atos infracionais.

Outro dado estatístico referente a 10% de adolescentes é os com faixa etária entre 12 e 14 anos de idade que cometem infração, porém, geralmente é a primeira medida aplicada a esses jovens.

É preciso trabalhar com adolescentes autores de ato infracional, mas dedicar-se igualmente com a família e a comunidade, assegurando serviços e equipamentos para acolher as diversas situações e necessidades, para que eles não fiquem abandonados à própria sorte.

Essa pesquisa torna-se importante no propósito de conhecer melhor os adolescentes a serem atendidos pelo Programa Liberdade Assistida Comunitária e de poder fazer um acompanhamento mais detalhado, relatando possíveis alterações observadas no decorrer do tempo de atendimento, de modo a estabelecer um trabalho qualificado e contínuo.

Nesse sentido a Ação Social Arquidiocesana -ASA vem desenvolvendo trabalho com adolescentes autores de ato infracional, implantando no ano de 2002 o Programa Liberdade Assistida Comunitária - LAC. Uma das grandes dificuldades do Programa é a falta de escolaridade dos adolescentes, como mostra no Livro de Registro dos Adolescentes com medida sócio-educativa de LAC/PMF, cerca de 1,7% dos adolescentes atendidos possuem o 2º grau completo e sua maioria possui até a 4ª série primária.

Capítulo 3 - A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA – LAC - AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA - ASA

A ASA é a entidade executora do Programa Liberdade Assistida Comunitária – PLAC na cidade de Florianópolis. Em 2002, nesse contexto institucional desenvolvemos a pesquisa de campo, como parte do estágio curricular e, neste primeiro item, apresentamos a conjuntura na qual esta entidade está inserida.

3.1 Contextualizando a ASA

A Ação Social Arquidiocesana - ASA³, é uma organização da Arquidiocese de Florianópolis, com sede nesta cidade. Define-se como uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional e filantrópico. Seu trabalho visa a capacitação de recursos humanos e a promoção humana.

Conforme Silva (1998) a ASA foi:

Fundada em 1960, atua prioritariamente nos 29 municípios que compõem a Arquidiocese de Florianópolis e, em colaboração com outras entidades do mesmo gênero e movimentos sociais populares, estende sua prática social ao Estado de Santa Catarina.

Com base nos seus estatutos e, principalmente, com base na sua experiência histórica, a ASA constrói sua identidade e seu sentido social procurando sempre contribuir nos processos de transformação e desenvolvimento da sociedade. Neste espírito, há que destacar a luta contra toda e qualquer relação de discriminação social, política, econômica e cultural.(SILVA, 1998)

Quanto ao trabalho da ASA investigou-se através do *site*⁴ da instituição que:

A ASA tem como eixo central de sua atuação a *Assistência Social*, e sua base social primeira, são as Ações Sociais Paroquiais⁵. A partir deste eixo central, destacam-se algumas

³ ASA - A partir desse ponto, utilizaremos somente sua sigla para designá-la.

⁴ Disponível em : <http://www.arquifloripa.org.br/> Acesso em 21/11/2003.

⁵ Ações Sociais Paroquiais – ASP – organizações existentes na maioria das Paróquias da Arquidiocese, que desenvolvem trabalhos sociais, tais como: distribuição de cestas básicas, medicamentos e roupas; organização de

linhas de ação para as quais são voltadas ações mais diretas: crianças e adolescentes, idosos, geração de trabalho e renda.

O subsídio da ASA em favor do adolescente em risco social nasce do fruto da ansiedade e da esperança, em face de inúmeras manifestações de violência contra o adolescente e deste contra a comunidade à qual pertence. Assim a Pastoral do Menor⁶ – Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, desde 1979, vem desenvolvendo um trabalho de acolhimento e atendimento ao adolescente autor de ato infracional.

Ao longo destes últimos quatro anos, a atuação da ASA foi pautada no fortalecimento de ações voltadas à efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.1.1 A história da Ação Social Arquidiocesana

A Ação Social Arquidiocesana – ASA – foi fundada em 17 de novembro de 1960 e adquiriu personalidade jurídica em 17 de novembro de 1966, no Estado de Santa Catarina, e atualmente, abrange 29 municípios, sendo formado por 08 Comarcas⁷ e 57 Paróquias⁸.

Dentre as atribuições da ASA, destaca-se a reflexão sobre as atividades sociais, assistenciais e promocionais das Entidades de Assistência Social ligadas às Paróquias da Arquidiocese.

Esta instituição foi criada com os seguintes objetivos:⁹

- *realizar estudos* sobre questões da assistência social e de promoção humana;

grupos de idosos, de mães, de gestantes, atendimento a crianças e adolescentes em creches e programas de apoio sócio-pedagógico; incentivo e apoio a organização de grupos de geração de renda.

⁶ Serviço da Igreja do Brasil em favor das crianças e dos adolescentes empobrecidos em situação de risco.

⁷ Por Comarcas entende-se uma área pastoral formada por um certo número de Paróquias.

⁸ Paróquia: determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja Particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao Pároco, com autoridade de Bispo Arquidiocesano.

⁹ Idem à nota 4.

- *colaborar na formação* da consciência particular e pública para que no ambiente social vigorem a solidariedade e fraternidade humana, a justiça social, e sobretudo a caridade cristã;
- *planejar e promover* a ação conjunta de obras e movimentos que visem a assistência e a promoção humana;
- *providenciar e promover campanhas* junto à comunidade local, que visem a obtenção de recursos materiais e humanos para seus programas normais ou atendimentos de catástrofes;
- *divulgar* os trabalhos da Igreja no campo social e educativo.

Com intuito de atender esses objetivos, a ASA definiu sua ação mediante a coordenação de todas as Obras Sociais da Arquidiocese, a ela filiadas.

Além disso, a ASA surge com o propósito de executar ações na área social, permeada pelo caráter evangelizador da Igreja, guiando-se pelos princípios da justiça, da vida, da dignidade, pela construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna. Com isso, seu trabalho busca a superação das injustiças sociais, das desigualdades e a construção de novas relações sociais, pautadas na solidariedade, na fraternidade e na defesa da cidadania.

Durante a trajetória de atuação da ASA, podemos destacar três fases importantes: a primeira delas, considera-se o período de 1966 a 1969, quando a ASA tinha estreita relação com a Cáritas Brasileira¹⁰.

Dentro de vários programas da Cáritas, a ASA, na tentativa de atacar os problemas sociais, ocupou-se da distribuição de alimentos aos assistidos através das Obras Sociais que contavam com atuação de pessoas voluntárias e de uma equipe executiva, que envolvia técnicos de trabalho em comunidade, destacando-se aqui, o empenho de assistentes sociais.

¹⁰ Organismo da Igreja Católica Apostólica Romana de âmbito internacional e que, no Brasil, fazia parte da CNBB, funcionando como escritório de mesa.

A instituição, então, desenvolvia atividades clientelistas, voltadas para o assistencialismo, uma vez que o Brasil passava por um período de ditadura militar, o que coibiu todo e qualquer tipo de organização. Suas ações eram centralizadas, e desenvolvidas através dos convênios com a Legião Brasileira de Assistência - LBA¹¹, órgãos governamentais e o Projeto Misereor.

São palavras de Pe. Affonso Emmendoerfer, diretor arquidiocesano da época, contidas no relatório anual da ASA (1989): “(...) era proibido fazer promoção humana, tendo havido naquela ocasião o Programa Aliança para o Progresso, pois se tentava fazer um trabalho de cunho promocional junto às comunidades”.

Nesse período, a ASA, ainda recebia alimentos provenientes do Programa Aliança para o Progresso e os repassava às Obras Sociais. Este Programa era um “auxílio” prestado por países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, aos países subdesenvolvidos, na tentativa de diminuir a miséria e a influência do compromisso após a Revolução Cubana.

Cabe destacar também, que neste período, insere-se a atuação do Serviço Social na instituição, sendo a primeira instituição a implantar campo de estágio para alunos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para um maior desenvolvimento de suas atividades, a ASA constatou a necessidade de treinar e capacitar as pessoas que exerciam atividades como voluntários nas Obras Sociais Filiadas, já que muitos possuíam um baixo nível escolar e nenhum preparo técnico.

Assim, em 1968, elaborou seu plano de ação dividindo-o em setores, dentre os quais o Setor Voluntariado, entendendo que: “(...) como o trabalho da Ação Social Paroquial, está baseado na contribuição do voluntário, a finalidade deste setor será: recrutar, selecionar, treinar e supervisionar os colaboradores voluntários”. (ASA, Plano de trabalho, 1968)

¹¹ Firmado nesse período, onde os recursos eram repassados para criação de grupos sociais, nas obras filiadas à ASA, para desenvolver os cursos de educação de base.

Após o primeiro Curso de Treinamento realizado no ano de 1967, a instituição passou a desenvolver, anualmente, treinamentos que davam ênfase à caridade, à doação e à promoção humana.

Visando a continuação de seus trabalhos foi firmado convênio com a Misereor – Zentralstelle da Alemanha, entidade jurídica com fins filantrópicos, constituído por fundos públicos do Governo da República Federal da Alemanha que coloca à disposição e financia projetos de desenvolvimento social e mini-projetos alternativos para países do Terceiro Mundo. A Zentralstelle é mantida com 60% de contribuições do governo alemão via contribuições e encargos e 50% por doações.

Este convênio é renovado a cada três anos, com prestação de contas e apresentação de relatórios semestrais das atividades desenvolvidas. Além desse convênio a ASA conta também com recursos provenientes da Mitra¹² Arquidiocesana de Florianópolis.

Entre os anos de 1969 a 1977, destaca-se a segunda fase de atuação da ASA. Aqui as ações caracterizavam-se por uma atuação mais voltada à promoção humana e à sistematização dos trabalhos junto às comunidades.

Durante esse período destacou-se o apoio às Obras Sociais Filiadas, para que adquirissem personalidade jurídica, podendo assim responsabilizar-se pela emissão de relatórios e prestação de contas aos convênios que patrocinavam suas atividades. Com autonomia das Obras Sociais Filiadas, a instituição deixou de ser um escritório da Cáritas, cuja função era, unicamente, o repasse de recursos.

A década de 70, reflete a preocupação com o voluntariado, dando continuidade aos cursos de treinamento, com intuito de engajá-los nos programas de desenvolvimento de comunidade. Esses voluntários passaram a atuar nos grupos de jovens, de gestantes, de mães e de professores de jardins de infância.

¹² Limitação territorial sujeita a administração eclesiástica de um bispo – diocese.

Assim, a partir de 1977, a ASA entra em sua terceira fase de atuação. Trata-se de um período caracterizado por algumas transformações no seu próprio papel, além de sofrer cortes de verbas e de convênios, que como consequência trouxe uma grande rotatividade de recursos humanos na instituição.

Neste período, a consolidação jurídica das Obras Sociais Filiadas, que passaram a efetuar os convênios diretamente, proporcionou maior autonomia para a instituição.

Desta forma, a prioridade nesse período foi: a capacitação profissional, a integração com os outros setores de pastoral social, a organização de comunidades e os projetos de atendimento às crianças de rua e de periferia.

O papel da instituição junto às Obras Sociais Filiadas foi se alterando, e esse período de abertura proporcionou um reforço às organizações populares, à busca de novas lideranças, ao trabalho de organização dos meninos (as) de 14 comunidades de periferia, à assessoria aos Grupos de Idosos das Ações sociais Paroquiais e à coordenação de projetos para área da saúde na Arquidiocese, priorizando a medicina preventiva.

Através do Programa Social e Desenvolvimento da Arquidiocese, que teve início em 1985, as ações foram tendo uma necessidade de aprofundamento, isto porque a ASA considerava a promoção humana um processo permanente de ação e reflexão. As ações desse período fundamentaram-se na busca de novas relações sociais que privilegiassem a justiça e a vida.

Em 1986 foi realizado um encontro das Obras Sociais Filiadas, para avaliar os trabalhos realizados nas Ações Sociais Paroquiais dos municípios de Brusque, Ilhota, Camboriú, Canelinha, Itajaí, Navegantes, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Florianópolis, São José, São Pedro de Alcântara e Biguaçu. Foram constatados, neste encontro, que a maioria das Ações Sociais realizavam cursos de costura, datilografia, de gestantes, crochê,

tricô, clube de mães, grupo de idosos, distribuição de alimentos, atendimento em creches e trabalhos com crianças e adolescentes carentes.

Mais tarde, em Outubro de 1989, foi iniciado o Fundo de Apoio para os Mini-Projetos Alternativos e de Ajuda Mútua no Estado Catarinense, financiado por um convênio entre a Regional Sul IV da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a Misereor/Zentralstelle da Alemanha.

Este projeto teve a coordenação de uma Equipe Executiva e de um Conselho Regional, que funcionava através das oito dioceses que compunham o Regional Sul IV. A Ação Social Arquidiocesana destacou-se como a entidade responsável pelo projeto na Arquidiocese de Florianópolis que contou com vinte e oito grupos distribuídos em projetos de Produção e Comercialização, Organização e Educação Popular, e Centro de Atividades Comunitárias.

A década de 1980 foi, então, marcada por um forte investimento na formação de lideranças e ainda de participação no movimento da “Assembléia Nacional Constituinte”, visto que o país atravessava, neste período, um processo de abertura democrática com o fim da ditadura militar.

Segundo Volpi (2001), o Golpe militar abortou, entre muitos sonhos, o de modificar o tratamento à infância e adolescência no Brasil. A idéia de acabar com o Serviço de Assistência ao Menor (SAM)¹³ e produzir uma política para atender dignamente aos direitos infanto-juvenis foi substituída por uma Política Nacional do Bem estar do Menor (PNBEM), que contemplava aspectos de uma política assistencialista e reproduzia uma prática de repressão que deu continuidade ao tratamento desumano.

Com esse período de democratização do país temos a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, que representou um avanço significativo na área

¹³ Instituição encarregada do atendimento ao menor desde 1941.

social, onde a assistência social passa a ser reconhecida “*como um direito de cidadania, até então negada pela história política brasileira*” (STEIN, 1997, p. 09).

Já a década de 1990 é marcada por uma nova atuação da ASA, envolvendo um novo quadro na educação aos “direitos”, que inclui a participação popular, propondo a ruptura com a passividade às questões sócio-políticas, e a inserção no contexto da sociedade.

O sistema descentralizado-participativo proposto pela nova Constituição Federal proporcionou a participação popular em diversos níveis do processo de decisão, elaboração e implementação das políticas sociais, principalmente através dos conselhos de direitos nas instâncias municipal, estadual e nacional.

Nesse contexto, a ASA destaca-se pela participação na comissão de alguns Conselhos Paritários e Fóruns da sociedade civil, como Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/SC e CMDCA; Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS/SC; Conselho Municipal da Assistência Social de Florianópolis-CMAS; Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC; Comissão Municipal do Idoso de Florianópolis e Comissão Regional do Idoso da Grande Florianópolis; Conselho Municipal de Saúde – CMS; Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fórum Popular de Saúde Estadual.

As atenções, a partir de então, são voltadas para o desenvolvimento das áreas da Saúde, Geração de trabalho e renda, Criança e Adolescente, e Idoso.

No ano de 1997, as atividades desenvolvidas pela ASA, dão continuidade aos Cursos de Formação para Coordenadores e Voluntários de grupos de Idosos e para Educadores dos Programas Comunitários de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes. Destaca-se também, o acompanhamento sistemático à comunidade do Morro do Horácio, apoio à Pastoral Social e Serviços Pastorais, fortalecimento das parcerias com outras instituições, articulação e participação em reuniões, encontros e seminários organizados pela sociedade civil.

De acordo com o Relatório das atividades gratuitas da ASA (1997), as ações desenvolvidas por esta instituição estão:

(...) alicerçadas em princípios norteadores, que se referem à construção de uma sociedade mais justa e politicamente democrática, tendo por base relações sociais fraternas e solidárias, rompendo com toda forma de exclusão social. Justifica-se desta forma as ações de fomento de uma consciência crítica e coletiva, o forte investimento na formação de lideranças e a participação em espaços cuja participação política viabiliza a democratização das relações Estado/Sociedade Civil. (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES GRATUITAS DA ASA, 1997)

A partir daí, prossegue seu trabalho com o fortalecimento das atividades de organização comunitária, envolvendo a família, outros programas e serviços existentes dentro da comunidade, de forma articulada com o poder público, conselhos, fóruns e outros segmentos que compõem o sistema de garantia de direitos, buscando aproximação com a proposta pedagógica da doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes.

Com intuito de orientar e acompanhar o adolescente em conflito com a Lei, buscando modificar a situação apresentada, na década de setenta, ainda sob vigência do Código de Menores de 1979, a Pastoral do Menor implantou como experiência piloto a modalidade de Liberdade Assistida Comunitária - L.A.C., na cidade de São Paulo.

Esse projeto objetivava estabelecer e fortalecer os vínculos dos adolescentes com seus familiares e comunidade, bem como transformar a realidade vivida frente ao cometimento do ato infracional. Mas é somente, a partir da III Assembléia Nacional da Pastoral do Menor, que esse trabalho passa a fazer parte das áreas de ação desta Pastoral.

No campo da Assistência Social, a ASA manteve o processo de acompanhamento, assessoria e formação junto às Ações Sociais Paroquiais (ASPs), voltando-se para articulação dos trabalhos das ASPs com outras organizações, de dentro e de fora da Igreja Católica, especialmente com os Conselhos Paritários e organismos governamentais de áreas afins.

Dentre os temas a destacar nos trabalhos realizados no ano de 2002, temos a questão de gênero, a realidade indígena, a prevenção ao uso de drogas e o acompanhamento a adolescentes autores de ato infracional.

No campo de Geração de Trabalho e Renda destacaram-se, ainda neste ano, a reflexão e divulgação, em torno da temática da Economia Solidária, que resultaram em avanços na instituição.

Na atuação com idosos percebeu-se o aumento do número de participantes nos Encontros de Formação para Grupos da Terceira Idade, assim como a criação de novos grupos de idosos nas paróquias.

Durante esse período, a ASA manteve-se articulada com o Poder Público, nas atividades direcionadas à terceira idade.

No campo de atuação com crianças e adolescentes procurou-se intensificar as articulações com ONGs, OGs e parcerias entre as ASPs que atuavam na promoção, defesa e garantia de direitos a crianças e adolescentes, fazendo com que as atividades de assessoria e parcerias realizadas, intensificassem as discussões sobre a realidade social, apontando caminhos e estratégias de superação das dificuldades existentes, como a falta de recursos humanos e financeiros, falta de investimento por parte do Poder Público, na implantação e implementação de políticas sociais públicas de forma universalizada.

Passados 14 (catorze) anos da aprovação da nova constituição e 13 (treze) anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) - ECA, constata-se que a grande maioria da população desconhece a proposta pedagógica que preconiza a referida lei e percebe-se que há muito que se fazer ainda, para que as mudanças sociais propostas pelas legislações vigentes possam de fato representar mudanças na realidade social, garantindo a implantação e o acesso universalizado às políticas sociais públicas. Este tem sido um desafio,

principalmente na discussão com educadores e voluntários que atuam em programas e grupos específicos de atenção à criança e adolescentes.

Conforme já mencionado, ao longo destes quatro últimos anos, a atuação dessa instituição esteve voltada ao fortalecimento de ações que visam a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), contribuindo para ampliação do acesso às políticas públicas, para o fortalecimento dos conselhos paritários e para o re-ordenamento dos programas de atendimento e organização da sociedade civil, através de fóruns de direito da criança e do adolescente.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Município”.

Por isso, em Julho de 2002, o Ministério de Justiça implantou, através da Pastoral do Menor, o Programa Liberdade Assistida Comunitária (LAC), em doze cidades brasileiras, dentre elas a cidade de Florianópolis, que teve como entidade executora, a Ação Social Arquidiocesana. Esse Programa iniciou seu atendimento na Comunidade Monte Cristo e continua até hoje, porém, com algumas modificações.

A execução deste programa tem exigido relação direta com o Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude), Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Poder Público e outras Organizações da Sociedade Civil efetuando trocas de experiência e levantamento de indicativos para ampliação dos programas de prevenção, o que pelo menos em tese, teria efeito direto, na diminuição dos atos infracionais, cometidos por adolescentes.

Assim, o Programa de Liberdade Comunitária em Florianópolis, continua a ser desenvolvido pela ASA, na comunidade Monte Cristo, sendo necessário neste trabalho, a compreensão do sujeito que comete ato infracional, como sujeito de direitos.

3.2 A execução do Programa de Liberdade Assistida Comunitária – LAC - ASA

Florianópolis é uma das cidades em que não há ação direta da Pastoral do Menor, tendo sido designada a Ação Social Arquidiocesana como executora do Programa em convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Devido a alguns contratempos, o Programa em Florianópolis se iniciou com dois meses de atraso em relação à data estipulada pelo convênio. No entanto, todos os procedimentos previstos para o início do Programa foram efetuados, dentre eles: contato com os Poderes Judiciário, Executivo, Municipal, Conselhos Tutelares, Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, entre outros. Nesse ínterim, a ASA efetuou a contratação de dois técnicos, que a princípio foram um assistente social e um pedagogo.

O passo seguinte seria decidir com a Gerência da Criança e do Adolescente da Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF como seria feita a seleção dos adolescentes que seriam atendidos pela LAC/ASA, já que todos os adolescentes autores de ato infracional vinham sendo atendidos pela Liberdade Assistida da PMF.

Assim sendo, após algumas discussões, ficou estabelecido que o Programa LAC/ASA seria implantado na Comunidade Monte Cristo, em virtude de alguns problemas de relacionamento do Poder Executivo Municipal com a citada comunidade, os quais vinham dificultando o atendimento aos adolescentes, principalmente quanto às visitas domiciliares. A etapa seguinte seria a escolha do local para implantação da sede de atendimento. Após contatos realizados pela Prefeitura de Florianópolis com o Lar Fabiano de Cristo¹⁴, foi cedido ao Programa uma casa que deveria ser reformada com recursos a serem repassados pela Prefeitura, ao Lar Fabiano.

¹⁴ Entidade espírita que atua em todo Brasil com obras assistenciais.

No período em que ocorreu a referida reforma, aproximadamente três meses, os técnicos da LA/PMF, juntamente com os técnicos da LAC/ASA, realizaram visita domiciliar a todos os adolescentes que estavam em medida de liberdade assistida, a fim de fornecer esclarecimentos a estes e seus familiares, quanto à passagem do atendimento da LA/PMF para o Programa LAC/ASA, além de solicitar o comparecimento dos adolescentes e seus responsáveis no novo programa.

Esse processo foi longo e difícil, tendo em vista que muitos endereços eram falsos, outros necessitavam de precisão, dificultando sua localização. Além disso, os técnicos desconheciam a geografia da região e não podiam contar com a colaboração da comunidade, porque agiam com represálias. Ao mesmo tempo, o Programa LAC/ASA buscou contato com várias entidades do bairro, entre elas ONGs, Igrejas, Escolas, Postos de Saúde, Polícias Militar e Civil e Associações de Moradores, no intuito de comunicar a implantação do Programa, ouvir sugestões e buscar apoio.

Nos meses seguintes ao início do atendimento, já na sede própria, observou-se uma total ausência de adolescentes, o que levou a equipe técnica a elaborar um evento com intuito de atraí-los. Para tanto, foi realizada uma apresentação de banda de *RipRap*, sem que o objetivo tenha sido alcançado. Outras tentativas foram feitas, através de visitas domiciliares, no entanto sem êxito.

Diante desse contexto adverso, os técnicos da LAC/ASA realizaram reunião com o Juiz da Infância e da Juventude e com o Promotor do Ministério Público, que após relato da equipe, estabeleceu 30 (trinta) dias de carência para que o Programa tentasse motivar os adolescentes a comparecerem ao atendimento e, em não havendo retorno, o juizado expediria mandato de busca e apreensão, o que de fato ocorreu, posteriormente.

Nesse ínterim, o Programa buscou investir efetivamente nos poucos adolescentes que começavam a freqüentar o escritório, desenvolvendo ações de garantia de seus direitos,

principalmente aqueles referentes aos equipamentos de saúde da rede pública, tendo sido, nessa época, realizados exames laboratoriais, consultas médicas e odontológicas, dentre outras. O retorno à escola também foi ação constante, sempre muito dificultada por professores e diretores.

Nesse período o Programa já contava com outra assistente social, não mais o pedagogo, e buscou no mês de março ampliar seu quadro técnico, através do convênio com a UFSC, contou com o apoio de mais quatro estagiárias.

Assim o programa passou por uma nova dinâmica, foi elaborado um cronograma de atividades a serem desenvolvido por todos, bem como grupo de estudos referente ao tema: adolescentes autores de ato infracional.

Nessa nova fase fomos visitar o escritório central da Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF – dentro da Comunidade Chico Mendes e saber das atividades realizadas naquele espaço, bem como das dificuldades do prosseguimento das atividades em virtude da violência.

Essa violência apresenta peculiaridades que se referem a padrões culturais, regionais e geográficos, e que por desinformação acabam levando muitas pessoas a incriminarem o adolescente pela violência a qual também é vítima, pois é visível nessa comunidade o tratamento agressivo tanto da família, quanto da própria polícia, onde muitos destes profissionais agem de forma repressora aos adolescentes.

Ainda no mês de março iniciou-se a procura por um novo espaço físico, devido a insegurança dessa estrutura ficava quase impossível de se trabalhar sem os equipamentos necessários, haja vista que o escritório já havia sido arrombado.

No entanto, os adolescentes começaram a comparecer e a elaboração de documento de identificação fora bastante efetuada, devido ao número significativo de adolescentes que sequer possuíam certidão de nascimento. Ainda no trato da saúde, a LAC/ASA havia

estabelecido parceria com o Ambulatório Médico, o qual iniciou atendimento aos adolescentes do Programa e seus familiares, tendo como contrapartida do Programa, a cessão de duas salas do mesmo espaço físico onde funcionava o escritório da LAC/ASA.

Cabe ressaltar que em razão do grau de cometimento reiterado de atos infracionais pelos adolescentes daquela região e do envolvimento desses com o narcotráfico, o número de orientadores voluntários que se apresentou para a atuação foi ínfimo, o que comprometeu sobremaneira o desenvolvimento do Programa.

As comunidades que formam o Complexo Monte Cristo são em torno de nove, com sua população oriunda da Grande Florianópolis, do interior do Estado e de outros Estados, caracterizando uma região urbana de grande densidade populacional e com graves problemas sociais. Desta forma, as ações sociais que são desenvolvidas no Bairro são insuficientes, gerando com isso uma demanda reprimida em todos os equipamentos sociais disponíveis.

A falta de infraestrutura fez com que a população iniciasse algumas formas de organização, a fim de verem atendidas algumas de suas reivindicações, o que levou algumas comunidades do Complexo a se politizarem, como é o caso da Comunidade Chico Mendes. Atualmente, a referida Comunidade é a que detém o maior número de ONGs e Programas Governamentais em seu interior. No entanto, no que tange à Proteção Integral da Criança e do Adolescente, preconizada pelo ECA, ainda há um enorme vazio a ser preenchido, tendo em vista o aumento assustador da violência entre adolescentes, fato corrente no meios de comunicação.

Portanto, é nesse cenário confuso e conflituoso que o Programa LAC/ASA está implantado e foi somente a partir de alguns meses e de inúmeras frustrações que os técnicos do Programa começaram a perceber certas nuances e características que tornavam mais clara a leitura de fatos que não eram compreendidos plenamente, nos momentos de avaliação da

equipe. Era como se um grande quebra-cabeças começasse a ser montado, revelando facetas novas e interessantes de serem analisadas.

Uma delas, a questão familiar, que necessita ser considerada por estar diretamente relacionada com os adolescentes e seu projeto de vida. A total falta de investimento nas demandas sociais existentes, relega as famílias à situação de abandono, indiferença e desesperança, sendo bastante comum que famílias de adolescentes do Programa, de forma geral, encontrem-se em situação de pobreza absoluta e seriamente comprometidas quanto às suas condições de saúde, questões sanitárias, principalmente relacionadas a fatores graves, como a dependência química, a prostituição e a proliferação do vírus HIV e DST (Doença Sexualmente Transmissível). Também a desnutrição atinge um grande percentual da população, surgindo por isso patologias próprias do comprometimento alimentar.

Assim, envolver essas famílias extremamente fragilizadas, em um Programa de Reorientação de Adolescentes era um grande desafio.

Vale registra que o mês de abril foi marcado por um elevado número de homicídios entre adolescentes, que se para a maioria da sociedade podia ser “só mais um morto” ou “um bandido a menos”, para os técnicos era alguém especial com quem havia sido feito um longo trabalho de criação de vínculos, que subitamente se rompiam para sempre. Foi um momento de muitas angústias e incertezas, a ponto de até mesmo, a segurança dos técnicos, ser questionada por Coordenadores e Promotores.

Esses fatos geram além da insegurança, sentimento de impotência por parte da equipe técnica, estagiários e orientadores comunitários.

Outra descoberta desse período foi a identificação, que pode ser feita do sentimento da Comunidade, por estes adolescentes ditos “marginais”. Se por um lado há o medo, por outro existem vínculos que nem mesmo a criminalidade consegue extinguir, o que leva

algumas pessoas, muitas vezes, a ocultarem adolescentes em fuga após cometerem algum ato infracional.

O mais grave, no entanto, foi a revelação de áreas demarcadas pelo tráfico dentro das comunidades, o que muito tempo depois, veio esclarecer o motivo da ausência de adolescentes no Programa, apesar de instalado em área neutra. O que todos se perguntavam era “por que só agora isso foi revelado?”.

Percebemos aqui que a comunidade contribui àqueles que cometem ato infracional tanto por medo como pela existência de uma “troca de favores”, o silêncio da comunidade pela caridade dos traficantes.

Na perspectiva de inserir-se um pouco mais na vida daquela comunidade, o Programa LAC/ASA tem realizado encontros e participado de um grupo permanente de entidades públicas e privadas, que atuam com vários segmentos no Bairro, a fim de discutirem algumas questões que são de relevância para todos e que devem ser tratadas dentro de propostas e ações coletivas, como forma de possibilitar o atendimento dessas demandas.

Dentro dessa perspectiva de participação comunitária o Programa realizou uma visita à Escola América Dutra, objetivando um encontro com alunos expondo questões sobre drogas, sexualidade e ato infracional, porém não foi possível por a escola estar receosa com a onda de violência que atingia a comunidade naquele momento.

Nesse mês ocorreram alguns encontro de avaliação e planejamento do Programa, entre as técnicas (as Assistentes Sociais Meryane e Sílvia), estagiárias (Carolina, Eva, Evandra e M^a Cristiane) e coordenadora (a Assistente Social Marlete), já que o Programa passava por dificuldades.

Quanto à Ação Social Arquidiocesana, a implantação do Programa em Florianópolis foi prejudicada pela ausência da Pastoral do Menor que é uma entidade executora, enquanto a ASA é uma entidade que presta assessoria às Paróquias. Como consequência, a ASA passou

por um período de sobrecarga em relação ao enfrentamento de algumas situações, até mesmo pela falta de conhecimento e prática, na questão do ato infracional, cometendo alguns equívocos, na implantação do Programa. Dentre eles, a falta de uma análise conjuntural, elaboração de um diagnóstico e avaliação para posterior análise das viabilidades e dos riscos do Programa.

Ressalte-se, entretanto, a importância que trabalhos de base, desta natureza, representam para o aperfeiçoamento das metodologias que devem acompanhar as ações sociais realizadas em comunidades, à medida que é na convivência diária, no mergulho na realidade social, que vão sendo reveladas as causas, os dilemas, as emoções, os desejos, as perspectivas de vida destas pessoas, reinventadas no cotidiano duro da sobrevivência. E, ao mesmo tempo, vão sendo reorganizadas as ações sociais.

Neste sentido, o Programa LAC/ASA teve e tem a sua validade como metodologia participativa e em processo, que pode se reinventar como ação social e, ao mesmo tempo, ser porta-voz das necessidades de outras ações sociais derivadas de Políticas Públicas que levem em consideração as variantes que perpassam o tecido social destas comunidades e que necessitam ser modificadas com a participação de seus sujeitos sociais.

Com isso a ASA estará reavaliando o Programa, na perspectiva de reeditá-lo ou não, levando em consideração todos os aspectos aqui expostos, além da avaliação dos recursos disponíveis no programa, não no que concerne aos valores, mas às rubricas que devem ser revistas pelo Ministério da Justiça, pois causaram sérias obstruções ao Programa.

Como elemento positivo do Programa LAC/ASA, temos a conquista de espaço dentro de uma comunidade desgastada por tantas promessas vãs e que desenvolveu, como consequência, instrumentos de defesa e/ou resistência, sendo muito desconfiada e refratária ao novo e ao diferente.

Essa experiência trouxe para todos os técnicos que dela participaram, uma grande maturidade profissional, estabelecendo novos paradigmas, e possibilitando uma atuação profissional, não mais no campo do ideal, mas sim, do possível, do imediato, a partir de cuja ação pode-se almejar transformações no tecido social.

Além disso, foi uma grande oportunidade de confrontar a teoria do Serviço Social com a realidade social, dois binários que necessitam se cruzar para que a primeira seja re-significada e re-inventada, e a segunda possa ser compreendida no seu estado de ser, para que se encontre no seu interior, os caminhos que possam expandir as suas novas possibilidades de ser.

Apesar do curto período de atuação deste Programa, principalmente para se ter uma análise mais precisa dos resultados alcançados, mediante o fato de ser um Programa bastante complexo, já que objetiva apoio, orientação e acompanhamento aos adolescentes em medida de liberdade assistida, um relatório elaborado pela ASA (2003), destaca como benefícios alcançados:

A abrangência do Programa no que se refere às relações que se estabelece:

- O Programa na relação com o Poder Executivo Municipal, tem levado os técnicos que desenvolvem programa de liberdade assistida, a repensarem a metodologia utilizada, passando a entender que a aproximação e um acompanhamento mais sistemático podem trazer resultados positivos, como o não cometimento reiterado, evitando também as medidas de internação;
- A participação da comunidade e o envolvimento dos orientadores comunitários, apesar das deficiências, têm mostrado novas possibilidades para os adolescentes e seus familiares;
- A metodologia utilizada faz com que diversos segmentos que compõem o Sistema de Garantias de Direitos sejam envolvidos direta ou indiretamente na fase de

acompanhamento do adolescente e de seus familiares; a mesma tem possibilitado credibilidade e confiabilidade, à medida que estar mais próximo, favorece a interação e a constituição de vínculos com a realidade na qual os adolescentes estão inseridos.

Quanto às dificuldades encontradas é necessário que discorramos um pouco sobre a comunidade Monte Cristo, para entendermos a realidade local.

Conforme o mesmo relatório, desenvolvido pela ASA (2003), “o primeiro erro foi a definição da comunidade em que atuaríamos. Decidimos encarar desafios, mas exageramos”, à medida que o Complexo Monte Cristo é uma comunidade com aproximadamente 10.000 habitantes e constitui uma das favelas de Florianópolis, como resultado do descaso do Poder Executivo no investimento em Políticas Sociais Públicas (saneamento, infra-estrutura, lazer, educação, alimentação, saúde, política de emprego, etc). Este e outros aspectos deficitários, relativos à realidade social e econômica em que vive essa população, têm ainda identificado e estigmatizado essa comunidade como uma das mais violentas e com alto índice de criminalidade.

Nesse contexto em que os adolescentes em medida de liberdade assistida estão inseridos, as dificuldades passam a ser inúmeras. A começar pelo fato da comunidade ser comandada pelo tráfico organizado, pois assim como os adultos, os adolescentes formam *gang's* e demarcam território.

Desta feita, como o escritório de atendimento estava situado numa dessas áreas de demarcação territorial, e em virtude dos adolescentes utilizarem aquele espaço (antes uma casa abandonada) para se drogarem e se prostituírem, de certa forma, determinou que para eles havíamos nos apropriado de um espaço que consideravam deles. Assim, o resultado não poderia ser outro, tão logo foram colocados os primeiros equipamentos, eles foram furtados. Estes fatos exigiram um novo olhar para a situação e a utilização de outras formas de atuação e de aproximação com os adolescentes e a comunidade.

Estes foram alguns dos elementos que geraram dificuldades, porém atualmente, os vínculos estão se constituindo e se fortalecendo na relação entre os adolescentes, familiares e comunidade em geral.

Porém após reuniões realizadas com a Gerente da Secretaria de Desenvolvimento Social, no mês de setembro foi disponibilizada uma sala de atendimento junto ao espaço físico da Liberdade Assistida/PMF, no entanto o Programa não deixou de atender na Comunidade Monte Cristo devido a relevância de termos conseguido respeito e consideração do nosso trabalho nessa comunidade, para os profissionais foi uma conquista estar nesse espaço após tantas limitações

Outro ponto que cabe ressaltar é a dificuldade de engajamento dos orientadores comunitários, que também mantêm relação com esta realidade. O medo tem dificultado que as pessoas se disponibilizem para o exercício da função de orientadores. Tanto por medo de sofrerem ameaças, como por ser um trabalho não remunerado, voluntário, quando são pessoas que têm, igualmente, necessidade de trabalhar para sobreviver, muitas vezes trabalhos que não respeitam um horário fixo e determinado.

Percebeu-se que alguns orientadores comunitários, apesar de não terem tido problemas judiciais, possuem comportamento inadequado para seu papel ou até mesmo são cúmplices de certas atitudes dos adolescentes.

Nos encontros realizados com orientadores comunitários identificamos a ausência de convidados, o que dificultava tanto um maior conhecimento destes aos recursos existentes na comunidade quanto uma visão mais ampla da questão da adolescência para não cair em julgamentos moralistas. No entanto as participações formaram aumentando com o passar do tempo.

Cabe ressaltar que esses problemas se dão por se tratar de uma comunidade atípica, a qual já foi situada anteriormente, onde se mostra carente de muitos recursos em especial o

financeiro, o que leva muitas dessas pessoas não se candidatarem a orientador comunitário, pois se trata de um trabalho voluntário e por vezes arriscado.

Com isso o Programa dispõe atualmente de 4 orientadores comunitários para 8 adolescentes que efetivamente cumprem a medida sócio-educativa de liberdade assistida comunitária, esse número varia com o passar do tempo, haja vista que muitos destes desistem do atendimento (tanto adolescentes quanto orientadores) além de outros acontecimentos, como morte ou mudança de endereço.

Nesse sentido, é fundamental que neste Programa tenhamos clareza quanto ao nível de exposição a que os adolescentes em medida de liberdade assistida estão sujeitos, e que as expectativas e projetos gerados dependem de um longo prazo para serem minimamente alcançados, a partir e com a participação deles, de seus familiares e da comunidade onde estão inseridos. Ter outra visão seria ingenuidade de nossa parte.

Dentro de um Programa desta natureza, cabe ao Serviço Social a tarefa de abrir caminhos para novas propostas de vida aos adolescentes, prestando assistência para melhoria das condições de vida do usuário e ao resgate de sua cidadania, para isso, o profissional dessa área deverá ter um bom entendimento sobre direitos e deveres, humanizando o atendimento.

Essa é a atuação do Assistente Social: dialogar e interagir com as pessoas, visando a transformação social. Para Véra M. M. Fernandes, *“o valor maior do trabalho social é a pessoa e sua existência; daí, a busca constante do que afeta a sua visão e relação consigo mesma e com o mundo, suas motivações, significações e sentidos das coisas, para ser possível ajudá-la a ter projetos de vida”*.

Finalizando, concluímos que esta experiência foi extremamente significativa para a nossa formação como Assistentes Sociais por evidenciar o valor das relações complexas que se estabelecem no cotidiano de uma ação social, a qual sem as motivações, os desejos, os sentimentos, as visões, as significações, os tratados sociais pré-determinadores, os

preconceitos, os limites e as fronteiras da existência concreta, não passariam de um simulacro teórico sem perspectivas de transformação da realidade adversa. Acreditamos que é no envolvimento com os sujeitos que constroem a vida comunitária e social, com a compreensão de suas maneiras de estar sendo no mundo, e com a presença viva deles na perspectiva de novas possibilidades de ser e estar sendo na sociedade (expansão dos limites que parecem rígidos e imobilizadores) que o profissional de Serviço Social pode construir estratégias e instrumentos de trabalho, em processo, capazes de articular forças e grupos para as transformações sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado tem sido bastante discutido nos meios de comunicação, no entanto requer uma visão ampla, daquele que com ele lida, no que se refere à questão do adolescente que comete ato infracional.

O ECA criou e reformou idéias e princípios que deu consequência a uma melhoria na qualidade do atendimento às crianças e adolescentes, assegurando direitos de cidadania a esse público, essa política pública é muito bonita no discurso, contudo, não pode permanecer no plano de idéias, pois faz-se evidente a fragilidade ou até mesmo a ausência de retaguardas sociais, de política de atendimento.

Grande parte dos recursos necessários para implantar programas os quais dispõe o ECA responde pelo nome de boa vontade e sensibilidade social, para assumir a coordenação desse programa e fazê-la com qualidade.

Com a liberdade assistida não é diferente, haja vista que essa medida aplicável ao adolescente autor de ato infracional e é imprescindível ação conjunta, por parte dos diversos segmentos da sociedade. Não apenas no que diz respeito ao orientador e ao adolescente em conflito com a Lei, mas no cumprimento das disposições legais de promoção social, escolarização, profissionalização e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, que dependem muito mais do aparato estrutural, dos recursos existentes, do que da pessoa capacitada para acompanhar o caso ou da entidade ou programa de atendimento.

A medida de liberdade assistida é adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, não impondo limites para o seu cumprimento, envolvendo família e comunidade e a responsabilidade do orientador, no sentido de proteção e promoção social do adolescente e de sua família.

Cada município deste país possui uma realidade singular, com seus recursos e deficiências. As equipes técnicas dos programas de atendimento precisam ser acatadas em suas reivindicações, em nome de um trabalho digno.

Muito há o que ser feito. Acredito que, sobretudo, pelos órgãos governamentais, para que não apenas transfiram responsabilidades, sem mecanismos de reforma nas relações entre Estado e sociedade, para que, entre outras questões, a liberdade assistida não se cristalice com uma *liberdade desassistida*.

No que concerne a liberdade assistida comunitária desenvolvida pela ASA, uma organização não governamental, também vimos o reflexo dessas dificuldades, tanto pela falta de recursos humanos, quanto por determinações do projeto de execução, no que se refere às rubricas, além da carência de uma Pastoral do Menor, entidade executora do programa, na cidade de Florianópolis.

Durante o estágio desenvolvido nesse programa deparei com dificuldades que me fez fortalecer como profissional, na medida que aprendi a lidar com angústias e a atuar com uma visão diferente. Esse contato com a comunidade me trouxe uma ação mais prática e me deu condições a esse olhar abrangente e observador.

Para a instituição também foi um importante campo de atuação, haja vista que foi uma experiência nova para muitos, o que trouxe benefícios, tanto no que diz respeito aos resultados positivos oriundos do programa, quanto nas dificuldades encontradas, onde pudemos aprender e discutir soluções para um melhor desempenho profissional.

E finalmente para o serviço social foi significativa a impossibilidade de legitimar todos os direitos dos adolescentes, em função do descaso do Poder Público e da própria comunidade que faltava com sua participação nesse processo.

6 REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda & KNOBEL, Maurício. *Adolescência Normal*. Trd. Suzana Maria Balhve. 6ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988

AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA. *Programa de Execução de Medida de Liberdade Assistida Comunitária*. Florianópolis: CNBB – Pastoral do Menor, 2003.

ALMEIDA, Anna Augusta de. *Pesquisa em Serviço Social; seus riscos pedagógicos e suas implicações epistêmicas*. In Debates Sociais. Ano XXI, n. 41. Rio de Janeiro: CBCISS, 2º sem. 1985

_____. *Assistência Social: algumas questões básicas*. Brasília – DF, Vol. 1, 1999

_____. Anteprojetos de pesquisa. *Linha de Investigação Educação e Movimentos Sociais*. Seminários de Dissertação I, 2001.1

BARROS, Fernanda Otoni. *“Tô Fora”: O adolescente em Conflito com a Lei – O Retorno da Segregação* Vol 3. Belo Horizonte – MG. 2003. Centro Newton Paiva.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990

BRASIL, Ministério da Justiça. *Pesquisa revela perfil dos adolescentes em conflito com a lei*. Obtida via Internet. [Http://www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br).

_____. *Cadernos de Direitos da criança e do Adolescente*. São Paulo. Malheiros Editores, 1995.

CAMPOS, Ângela Valadares Dutra de Souza. *O Menor Institucionalizado: um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. *De Menor a Cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil*. Brasília, Distrito Federal, Ministério da Ação Social.

COSTA, Antonio Carlos, Gomes. *A Criança e o Adolescente na Lei Orgânica Municipal*. Brasília, 1989. Fórum – DCA, UNICEF

FERNANDES, Véra M^a Thomé. *O adolescente Infrator e a Liberdade Assistida: um fenômeno sócio-jurídico*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1998. *PIZZ*

FIGUEIREDO, Kátia Carvalho. *Representações Sociais de Violência: a visão da criança e do adolescente*. Florianópolis: 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trd. Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARRIDO, Paulo Afonso. *Direito e justiça*. Editora Revista dos Tribunais, 1989.

IAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001

_____. *Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade*. Florianópolis, 2001.

_____. *O estatuto da criança e do Adolescente e a Política de Assistência Social*. São Paulo, 1992

PASSETI, Edson. *Violentados: Crianças, Adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1995.

PASTORAL DO MENOR. *Liberdade Assistida Comunitária*. Textos- CNBB

PIZZINI, Ireni. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. Rio de Janeiro. 1997.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Educação, Direito e Cidadania*. In: *Cadernos de Direitos da Criança e do Adolescente*. N1. São Paulo: Associação Brasileira de magistrados e promotores de Justiça da Infância e da juventude/Malheiros, 1995.

QUEIROZ, José J. *O Mundo do Menor Infrator*. Editora Cortez, São Paulo, 1984.

RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás, Ministério da Cultura, USU Editora Universitária. Anais 1997.

SOUZA, Marli Palma. *Criança e Adolescente: Absoluta Prioridade?* In Katalysis, Florianópolis. Ed UFSC, 1998.

SILVA, Cristina da. *Tematizando a relação idoso e voluntário na busca da construção da cidadania*. Trabalho de Conclusão de Curso-UFSC. Florianópolis, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. *Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade – Manual de orientação – medidas sócio-educativas não privativa de liberdade*. Florianópolis: Diretoria de proteção à criança e ao adolescente, 2001.

VERONESE, Josiane R. P., SOUZA, Marli Palma & MIOTTO, Regina C. T. *Infância e Adolescência, o Conflito com a Lei: algumas discussões*, Florianópolis:2001

Pág. 16
p. 35

VOLPI, Mário. *Sem Liberdade, Sem Direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Editor Cortez, 2001.